



Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de São Paulo
Filiado à FETRABENS – Federação dos Caminhoneiros Autônomos e Cargas em Geral do Estado de São Paulo



Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas em Geral do Estado de São Paulo



Associação Brasileira das Empresas de Gerenciamento de Riscos e de Tecnologia de Rastreamento e Monitoramento



Sindicato das Empresas de Gerenciamento de Riscos do Estado de São Paulo

Os Presidentes do SINDICAM-SP, Sr. Norival de Almeida Silva e da GRISTEC, Sr. Cyro Buonavoglia, apresentam para análise e considerações dos caminhoneiros, das gerenciadoras de riscos, das companhias seguradoras, das corretoras de seguros de transportes, das transportadoras, das empresas operadoras logísticas, embarcadoras e dos demais participantes do mercado de transporte rodoviário e de logística multimodal.

Considerando:

Que o SINDICAM-SP tem registrado numerosos questionamentos de caminhoneiros seus associados ou não, relatando que as empresas de gerenciamento de riscos, têm impedido o livre exercício da sua atividade, a qual é de vital interesse para os próprios profissionais, para as empresas embarcadoras, para as empresas de transporte de cargas e operadoras logísticas, repercutindo em prejuízos para todos os envolvidos e até mesmo, para a economia nacional;

Que até o presente momento não existe nenhum canal recíproco para acolhimento e análise das ponderações dos caminhoneiros, que permita a elucidação das pendências, restringindo-se essas ações a contatos esporádicos entre algumas (poucas) gerenciadoras de riscos e o SINDICAM-SP, isoladamente;

Que a indisponibilidade desse canal de comunicação entre as Gerenciadoras de Riscos e os caminhoneiros, tem motivado, por parte desses trabalhadores, inúmeras denúncias ao Ministério Público Estadual, à Justiça Cível, ao Ministério Público do Trabalho e à Justiça do Trabalho, as quais, conquanto tenham por meta esclarecer o mérito e a razão das partes, têm como característica comum a complexidade e a indefinição de prazo para solução, além de gerar elevadas despesas para todos os envolvidos;

Que a GRISTEC constatou, entre as boas práticas de mercado, a mediação, a conciliação e a arbitragem como instrumento de pacificação, extrajudicial, atividade reconhecida e incentivada pelos órgãos da Justiça formal, pois visam a solução de conflitos de interesses entre duas ou mais partes, valendo-se da intervenção imparcial e confidencial de profissionais especializados, resultando no restabelecimento da comunicação e do diálogo equilibrado entre as partes;

Que a mediação conduz à identificação do âmago dos conflitos para tentar a sua resolução definitiva;

Que a mediação promove e viabiliza acordos baseados em opções de equidade e não somente em posições jurídicas;

Que a mediação é instrumento hábil para agilizar a solução das pendências, através de um acordo que contemple os direitos, interesses e necessidades das partes, podendo alcançar este objetivo em menor espaço de tempo;

Que a mediação protege a manutenção dos vínculos entre as partes, gerando uma espécie de "jurisprudência", referência para o mercado, agilizando e facilitando a solução de futuros casos análogos;

E que o processo de mediação, com certeza induz ao aperfeiçoamento das relações entre os diversos componentes do mercado de transporte rodoviário de bens e especialmente, incentiva a recuperação, a requalificação e o aperfeiçoamento dos caminhoneiros, resgatando esses profissionais para a atividade a que se dedicam, com efetivo ganho para todo o sistema, os Presidentes e as entidades que

representam propõem a constituição de dois órgãos operacionais, a serem geridos e administrados sob a responsabilidade conjunta das entidades proponentes, nas condições a seguir descritas:

Convênio para Constituição, Instalação, Operação e Gestão da Câmara Brasileira de Mediação, Conciliação e Arbitragem dos Caminhoneiros.

Minuta versão nº 008 de 26/10/2010

O SINDICAM-SP, a FETRABENS-SP, GRISTEC e o SINDIRISCO-SP, neste ato dão início à operação do Serviço de Atendimento e Apoio ao Caminhoneiro - SAAC, com a função de tomar ciência dos casos de divergência e ou discrepância na avaliação dos perfis profissionais dos caminhoneiros que demandarem o SAAC para formular suas queixas.

O SAAC funcionará na sede social do SINDICAM-SP, à Rua Heróis da FEB, nº 9, Bairro Parque Novo Mundo, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com atendimento de segundas às sextas-feiras, no horário das 9h00 às 17h00. Nos demais dias e nos feriados municipais, estaduais e nacionais, não haverá expediente.

O SINDICAM-SP e a GRISTEC, representando os interesses dos caminhoneiros e das gerenciadoras de riscos, decidem instalar e manter, por sua conta e ordem, a CÂMARA BRASILEIRA DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM DOS CAMINHONEIROS, doravante denominada simplesmente CÂMARA, a qual funcionará na sede social do SINDICAM-SP, à Rua Heróis da FEB, nº 9, Bairro Parque Novo Mundo, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, e realizará 1 (uma) sessão semanal, em datas e horários a serem agendados em comum acordo entre as partes.

Sempre que a demanda o exija, poderão ser convocadas sessões extraordinárias da CÂMARA, desde que os membros envolvidos sejam notificados com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, no mínimo.

As Gerenciadoras de Riscos, associadas a GRISTEC que assim o desejarem, poderão participar da CÂMARA mediante a assinatura de Termo de Adesão ao presente Convênio, obrigando-se a indicar e disponibilizar, cada uma, 2 (dois) profissionais de sua equipe, no mínimo, para atender e prestar informações ao SAAC e aos caminhoneiros, informando o nome, cargo, telefone, endereço físico e endereço eletrônico (e-mail) desses profissionais, de forma a garantir o atendimento de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 17h00. Nos demais dias e nos feriados municipais, estaduais e nacionais não haverá expediente.

O SAAC ao tomar conhecimento de divergência e ou discrepância na avaliação do perfil profissional do caminhoneiro reclamante, contatará a Gerenciadora de Riscos responsável pela elaboração do perfil questionado, visando esclarecer e corrigir eventuais incorreções e ou inadequação de critérios. Caso não sejam satisfatórios e ou não conclusivos os esclarecimentos fornecidos pela Gerenciadora de Riscos questionada, ou ainda, caso não ocorra atendimento adequado por parte desta, o SAAC encaminhará a pendência à consideração da CÂMARA, cabendo o mesmo direito e procedimento à Gerenciadora de Riscos que venha a discordar do posicionamento do SAAC.

A CÂMARA acionará as partes questionadas com o propósito de mediar e conciliar as partes reclamantes e reclamadas.

A CÂMARA, após análise do processo apresentará parecer técnico à parte reclamante, ao SINDICAM-SP e a GRISTEC, ratificando e ou retificando, a avaliação do perfil do caminhoneiro reclamante. As partes comprometem-se a acatar e cumprir todas as decisões da CÂMARA, respeitados os limites do presente Convênio.

Ao concluir a análise dos processos que lhe foram encaminhados, a CÂMARA emitirá um Termo de Arbitragem, caracterizando sua decisão e o SAAC o apresentará ao caminhoneiro reclamante e à Gerenciadora de Riscos envolvida, sendo que estes deverão acatar a decisão como de boa fé e válida para todos os efeitos legais, abrindo mão do direito do recurso à Justiça Cível, por si ou através de representante jurídico legalmente habilitado.

Caso o caminhoneiro e ou a Gerenciadora de Riscos venham a discordar da decisão da CÂMARA e ingresse com ação judicial para contestar a parte reclamada, o SINDICAM-SP e a GRISTEC, caso convocados a juízo, apresentarão testemunho de que todos os esforços foram envidados pelas entidades para evitar prejuízos ou abusos à atividade econômica do reclamante.

As sessões da CÂMARA serão comandadas por um Árbitro, obrigatoriamente, profissional com vivência no mercado de transportes de bens (cargas) com, no mínimo, 5 (cinco) anos de atuação comprovada nesse mercado e reputação ilibada.

O Árbitro será nomeado em comum acordo pelo SINDICAM-SP e pela GRISTEC, para uma mandato de 6 (seis meses) e atuará como prestador de serviços técnicos, sem vínculo empregatício às entidades, mediante remuneração a ser especificada em comum acordo entre as entidades e o profissional indicado.

Caberá ao SINDICAM-SP indicar o primeiro Árbitro, e o profissional indicado deverá ter seu nome homologado pelo GRISTEC, que poderá recusá-lo, cabendo então ao SINDICAM-SP indicar e submeter à aprovação da GRISTEC um novo nome, e assim sucessivamente. Findo o período deste primeiro mandato, caberá a GRISTEC indicar um novo nome para a função de Árbitro, e ao SINDICAM-SP, homologá-lo ou não, repetindo-se o processo de escolha à cada 6 (seis) meses, alternando-se as duas entidades na indicação dos Árbitros, permanentemente. O Árbitro poderá ter seu mandato renovado e ou ser indicado por qualquer das entidades.

Às sessões plenárias da CÂMARA comparecerão obrigatoriamente: a) O caminhoneiro reclamante, sendo que este poderá se fazer representar por advogado com mandato específico para tal fim. b) 1 (um) representante indicado pela Gerenciadora de Riscos c) 1 (um) representante indicado pelo SINDICAM-SP. d) 1 (um) representante indicado pela GRISTEC. Os representantes deverão apresentar ao Árbitro mandatos específicos, a cada sessão. Na ausência de qualquer dos componentes aqui enumerados, a audiência não se realizará, sendo automaticamente reagendada para a sessão seguinte da CÂMARA.

Não será cobrada do caminhoneiro nenhum tipo de taxa ou encargo decorrente dos atendimentos prestados pelo SAAC e ou pela CÂMARA, cabendo ao profissional reclamante custear por sua conta e risco a apresentação de documentação pessoal que porventura se faça necessária para a comprovação e ou esclarecimento das alegações a que dê curso.

Visando suplementar as medidas tomadas para perfeito atendimento aos caminhoneiros, a GRISTEC coordenará, por sua conta e ordem, junto às Gerenciadoras de Riscos conveniadas a constituição de uma força-tarefa composta por especialistas em análise de perfil cadastral, os quais comparecerão à

sede do SINDICAM-SP, 1 (uma) vez a cada mês, em data previamente agendada, para realizar a análise e a conciliação instantânea de todas as reclamações de caminhoneiros pendentes de solução, junto ao SAAC e ou à CÂMARA.

A adesão das Gerenciadoras de Riscos aos termos e condições do presente Convênio se consolidará mediante a assinatura do Termo de Adesão ao Convênio Câmara Brasileira de Mediação, Conciliação e Arbitragem dos Caminhoneiros, comprometendo-se a envidar todos os esforços para que as pendências identificadas e apresentadas pelo SAAC sejam elucidadas e ou obrigando-se a acatar as decisões da CÂMARA, sob risco de exclusão sumária.

Os custos decorrentes da constituição, operação e gestão do SAAC e da CÂMARA serão reembolsados ao SINDICAM-SP e à GRISTEC pelas Gerenciadoras de Riscos conveniadas, mediante a apresentação de relatório de despesas para prévia aprovação.

Fica vetado o atendimento pelo SAAC e ou a utilização da CÂMARA em assuntos que não sejam pertinentes às relações entre os caminhoneiros e as Gerenciadoras de Riscos conveniadas.

Os casos e ocorrências não previstas no presente Convênio serão objeto de negociação entre o SINDICAM-SP e a GRISTEC.

21. As Gerenciadoras de Riscos conveniadas poderão solicitar o seu desligamento do presente Convênio mediante solicitação entregue ao SINDICAM-SP e à GRISTEC com antecedência mínima de 30 (trinta dias), por meio de notificação registrada e expedida por Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

22. Na hipótese prevista no item 21 deste Convênio os vínculos de responsabilidade entre as partes serão mantidos, até que sejam encerrados todos os processos de solicitações dos caminhoneiros em tramitação no SAAC ou na CÂMARA e sejam liquidados todas as pendências financeiras pertinentes.

23. As disposições do presente Convênio estão de acordo com a proposta de Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta conjunto SINDICAM-SP e GRISTEC protocolado junto ao Ministério Público do Trabalho da 2ª. Região – SP em 05/07/2.010.

24. O presente Convênio vigorará por prazo indeterminado, podendo ser rescindido a pedido do SINDICAM-SP ou pela GRISTEC mediante solicitação da entidade interessada, entregue à outra com antecedência mínima de 30 (trinta dias), por meio de notificação registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

São Paulo, 26 de Outubro de 2.010.

Fim.